

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 386/2024-PGJ, DE 1º.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 23.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 387/2024-PGJ, DE 1º.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Terenos em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 388/2024-PGJ, DE 1º.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Terenos em 26.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 316/2024-PGJ, DE 26.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 318/2024-PGJ, DE 26.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas 3 (três) dias de folga compensatória de 19 a 21.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 374/2024-PGJ, DE 1º.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídos de 5 a 9.2.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 358/2024-PGJ, DE 30.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Simone Almada Goes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 27ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 26.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Wilson Canci Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 359/2024-PGJ, DE 30.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 5 a 9.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 360/2024-PGJ, DE 30.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 5 a 9.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 361/2024-PGJ, DE 30.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 18ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
Lívia Carla Guadanhim Bariani	15.2.2024
Rodrigo Yshida Brandão	16.2.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 362/2024-PGJ, DE 30.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Fernando Jamusse para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 15 a 28.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose; e tornar sem efeito a Portaria nº 88/2024-PGJ, de 11.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 363/2024-PGJ, DE 30.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão dos Acordos de Não Persecução Penal da comarca de Dourados de 15 a 20.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose; e tornar sem efeito a Portaria nº 89/2024-PGJ, de 11.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 364/2024-PGJ, DE 30.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 365/2024-PGJ, DE 30.1.2024

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 366/2024-PGJ, DE 30.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Jean Carlos Piloneto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 23ª Zona Eleitoral em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 477/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 478/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 481/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes 1 (um) dia de folga compensatória em 1º.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial em regime de mutirão realizada em 2022, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução n° 23/2021-PGJ, de 23.6.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 482/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes 1 (um) dia de folga compensatória em 8.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2023, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 483/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni 3 (três) dias de folga compensatória de 1º a 3.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 391/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 306/2024-PGJ, de 25.1.2024, de forma que, onde consta: “no plantão integrado em 2023”, passe a constar: “no plantão integrado em 2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 458/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Moisés Casarotto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Camapuã em 31.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 457/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Deodápolis em 30.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 456/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande em 31.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 455/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Sonora em 31.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 445/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 6843/2023-PGJ, de 11.12.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 5 (cinco) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos de 19 a 23.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 446/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 7032/2023-PGJ, de 19.12.2023, que concedeu ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 2 (dois) dias de folga compensatória por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão, que seriam usufruídos em 15 e 16.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 425/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 4 (quatro) dias de folga compensatória de 1º a 4.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 427/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 1 (um) dia de folga compensatória em 5.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 430/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 429/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 424/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco 5 (cinco) dias de folga compensatória de 5 a 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020 e 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 454/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Autos nº 0924211-62.2023.8.12.0001, em trâmite na 4ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 451/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito em 29.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 452/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito em 30.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 453/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara da comarca de Bonito em 1º.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 447/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 7057/2023-PGJ, de 19.12.2023, que concedeu ao Procurador de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni 5 (cinco) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 5 a 9.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 442/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 443/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 2 (dois) dias de folga compensatória em 8 e 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense 2021/2022, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 444/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 438/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 5 (cinco) dias de folga compensatória de 1º a 5.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 439/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 1 (um) dia de folga compensatória em 8.4.2024, por ter coadjuvado a 44ª Zona Eleitoral nas eleições em 2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 441/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 1 (um) dia de folga compensatória em 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão extraordinário, na aplicação e fiscalização das provas escritas de Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, realizadas em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 440/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo 1 (um) dia de folga compensatória em 23.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 437/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 423/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes 2 (dois) dias de folga compensatória em 15 e 16.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 449/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria n° 170/2024-PGJ, de 15.1.2024, que concedeu à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante 3 (três) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 7 a 9.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 435/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva 5 (cinco) dias de folga compensatória de 5 a 9.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020 e 2021, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 434/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Arthur Dias Junior 1 (um) dia de folga compensatória em 2.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 433/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias 1 (um) dia de folga compensatória em 2.2.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 469/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 470/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 5.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Luiz Antônio Freitas de Almeida.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 471/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Arturo Iunes Bobadilla Garcia para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 19ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 9.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Livia Carla Guadanhim Bariani.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 472/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados de 8 a 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 473/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Zona Eleitoral de 8 a 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 474/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 468/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande em 6.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 463/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 1º.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 464/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 2.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 462/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara Cível da comarca de Ponta Porã em 6.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 461/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bandeirantes em 1º.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 459/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1. 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a audiência dos Autos nº 0832303-26.2020.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara de Fazenda Pública e Registros Públicos da comarca de Campo Grande, em 6.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 344/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá referente ao mês de fevereiro de 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA (TELEFONE: 99603-9203)
31.1 (19h01min) a 7.2.2024 (11h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina
7 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	6ª	Bolivar Luis da Costa Vieira
15 (19h01min) a 21.2.2024 (11h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro
21 (19h01min) a 28.2.2024 (11h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro
28.2 (19h01min) a 6.3.2024 (11h59min)	7ª	Luciano Bordignon Conte

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 345/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas referente ao mês de fevereiro de 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE (99312-5218)
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	6ª	Jui Bueno Nogueira	98403-5333
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	4ª	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	99690-1900
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99965-4987

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 346/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça das regiões abaixo indicadas referente ao mês de fevereiro de 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, conforme segue:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Ivinhema	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689 (44) 99775-3021
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568 99140-3002
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco	98478-2044 99937-8044
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	99971-8893 99645-7680 99689-1335
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Rio Brilhante	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99938-8388
REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	PJ de Batayporã	Felipe Almeida Marques	99312-6009 (71) 99138-9068
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	3ª PJ de Nova Andradina	Murilo Hamati Gonçalves	99241-5600
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Nova Andradina	William Marra Silva Junior	98462-9239
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	PJ de Anaurilândia	Edival Goulart Quirino	99678-8813
REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Maracaju	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Maracaju	Paulo Leonardo de Faria	99988-3515



19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Sidrolândia	Janeli Basso	98478-2025
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Maracaju	Paulo Leonardo de Faria	99988-3515
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	PJ de IguaqueMI	Andre Luiz de Godoy Marques	99248-0006
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Mundo Novo	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Naviraí	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Naviraí	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves	98108-2131
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	3ª PJ de Amambai	Thiago Barbosa da Silva	99933-0454
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	1ª PJ de Amambai	Nara Mendes dos Santos Fernandes	98478-2068
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
7 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	99244-7079
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	PJ de Dois Irmãos do Buriti	Marcos Martins de Brito	99825-0713
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	3ª PJ de Aquidauana	João Meneghini Girelli	99691-2601
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Miranda	Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca	99686-4464
REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E SONORA			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Coxim	Marcos André Sant'Ana Cardoso	99946-6719
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Coxim	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Coxim	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	3ª PJ de Coxim	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Cassilândia	Mayara Santos de Sousa	99119-0653
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Chapadão do Sul	Thiago Barile Galvão de França	99235-1011
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Costa Rica	Guilherme Pereira Diniz Penna	99289-4865
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Aparecida de Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	PJ de Inocência	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	PJ de Água Clara	Jean Carlos Piloneto	99233-4361 99632-7721
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	1ª PJ de Bataguassu	Patrícia Almirão Padovan	98164-5224 99985-9192
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO			



NEGRO			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	PJ de Rio Negro	Jean Carlos Piloneto	99233-4361 99632-7721
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	PJ de Bandeirantes	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	99906-0123
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
5 (19h01min) a 15.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070
15 (19h01min) a 19.2.2024 (11h59min)	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
19 (19h01min) a 26.2.2024 (11h59min)	PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869
26.2 (19h01min) a 4.3.2024 (11h59min)	1ª PJ de Jardim	Allan Carlos Cobacho do Prado	99982-4518

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 368/2024-PGJ, DE 31.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6444/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado da Administração Superior da Procuradoria-Geral de Justiça referente ao inciso III do artigo 5º da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO	MEMBRO
4 (19h01min) a 11.3.2024 (11h59min)	Luciano Furtado Loubet
11 (19h01min) a 18.3.2024 (11h59min)	Clarissa Carlotto Torres
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	Luciano Furtado Loubet
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	Fernando Martins Zaupa

Passe a constar:

PERÍODO	MEMBRO
4 (19h01min) a 11.3.2024 (11h59min)	Clarissa Carlotto Torres
11 (19h01min) a 18.3.2024 (11h59min)	Luciano Furtado Loubet
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	Fernando Martins Zaupa
29.4 (19h01min) a 6.5.2024 (11h59min)	Luciano Furtado Loubet

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 486/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente a 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
18 (19h01min) a 25.11.2024 (1h59min)	Cristina Beraldo de Andrade

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
18 (19h01min) a 25.11.2024 (1h59min)	Paula da Silva Volpe

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 487/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder a Aparecida Annes Nunes da Cunha, na qualidade de cônjuge do falecido Procurador de Justiça Afonso Nunes da Cunha, pensão por morte a partir de 7.10.2023, nos termos dos artigos 13, inciso I, 44-A, *caput*, 45, inciso I, e 50-A, § 1º, inciso VIII, alínea “b”, item 6, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, com alterações promovidas pela Lei Complementar nº 274, de 21.5.2020, e do artigo 1º, inciso VI, do Decreto nº 15.655, de 19.4.2021, com reajuste do benefício na forma prevista no artigo 77 da Lei nº 3.150/2005, com redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 274/2020 (PGA nº 09.2023.00011023-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 501/2024-PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande em 8.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 460/2024-PGJ, DE 6.2.2024



O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Autos nº 0900359-83.2023.8.12.0041, em trâmite na 2ª Vara da comarca de Ribas do Rio Pardo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 369/2024-PGJ, DE 31.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 19 a 29.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 371/2024-PGJ, DE 31.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul de 5 a 7.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 372/2024-PGJ, DE 31.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul em 8 e 9.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 373/2024-PGJ, DE 31.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Andradina em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 347/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
Gevair Ferreira Lima Junior	5 a 9.2.2024
Fabio Ianni Goldfinger	15 e 16.2.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 348/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Kristiam Gomes Simões para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 8ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 15 e 16.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 349/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Pivaro Stadniky para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju de 5 a 9.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 350/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Caarapó em 2.2.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fernanda Rottili Dias.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 351/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Caarapó em 2.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Arthur Dias Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 352/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 28ª Zona Eleitoral em 2.2.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Arthur Dias Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 338/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 6373/2023-PGJ, de 24.11.2023, que designou o Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Gacep, de 29 a 31.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 339/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, de 16 a 22.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 340/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão de Planejamento e Gestão Estratégica de 16 a 22.1.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 341/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Fátima do Sul, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 152/2024-PGJ, de 15.1.2024.

MEMBRO	DATA
Gilberto Carlos Altheman Júnior	15 a 17.1.2024 e 20.1 a 2.2.2024
Jean Carlos Piloneto	18 e 19.1.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 342/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 29.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 343/2024-PGJ, DE 29.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Água Clara em 31.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 317/2024-PGJ, DE 26.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Procurador de Justiça Olavo Monteiro Mascarenhas, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, que seriam usufruídos de 26.2 a 26.3.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2023.00011052-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 315/2024-PGJ, DE 26.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 18.1 a 9.2.2024 e 19 a 25.2.2024, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2023.00011060-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 448/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 6422/2023-PGJ, de 27.11.2023, que concedeu à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 3 (três) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense, que seriam usufruídos de 29 a 31.1.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 450/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Fernanda Silva Todsquini para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 8ª Promotoria de Justiça de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 494/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Luciano Mota Serrano para exercer o cargo em comissão de Chefe de Núcleo, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, na função de Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 309/2024-PGJ, DE 25.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000022, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe da Divisão de Manutenção Predial e Conservação do Patrimônio (PGA nº 09.2023.00013132-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 310/2024-PGJ, DE 25.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Notas de Empenho nºs 2024NE000294 e 2024NE000295, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 3.1) Suplentes – Daniel Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento, e Dantiele Cordeiro de Freitas Queiroz, Assessora Técnica em Redes; 4) Fiscal Setorial – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 4.1) Suplente – Adriana Lima Gonçalves Cheris, Técnica I (PGA nº 09.2023.00012925-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 311/2024-PGJ, DE 25.1.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000289, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Paulo Matias Guimarães, Técnico II; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2023.00013131-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 314/2024-PGJ, DE 25.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2023.00013210-9, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Paulo Roberto da Silva, Técnico I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 319/2024-PGJ, DE 26.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 22.1.2024, a Portaria nº 3195/2022-PGJ, de 29.6.2022, na parte que designou o servidor Jader Silva de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Pesquisa e Inovação em Inteligência Artificial no âmbito do Ministério Público Estadual.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 355/2024-PGJ, DE 29.1.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2023.00012988-1, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 405/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho n° 2024NE000402, nos termos do artigo 117 da Lei n° 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA n° 09.2024.00000808-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 406/2024-PGJ, DE 2.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho n°s 2024NE000403 e 2024NE000404, nos termos do artigo 117 da Lei n° 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Paulo Matias Guimarães, Técnico II (PGA n° 09.2024.0000697-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 407/2024-PGJ, DE 2.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo n° 09.2023.00013203-1, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Paulo Roberto da Silva, Técnico I.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 408/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho nºs 2024NE000410 e 2024NE000411, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2024.00000701-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 409/2024-PGJ, DE 2.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000406, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2024.00000694-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 475/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais das Notas de Empenho nºs 2024NE000422 e 2024NE000423, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2024.00000692-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 476/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000420, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Thaís da Silva Rodrigues, Diretora da Secretaria de Obras e Engenharia (PGA nº 09.2024.00000809-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 495/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000487, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2) Fiscal Administrativa – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I (PGA nº 09.2024.00001057-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 496/2024-PGJ, DE 6.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000493, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2.1) Suplente – Raíssa Bernardino Campos, Técnica I (PGA nº 09.2024.00001056-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 484/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho nº 2024NE000490, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Caio Ferreira Campos, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 1; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Emanuely Martins Atanasio da Silva, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2024.00000690-7).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-155/2024 - PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 22.1 a 5.2.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-156/2024 - PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Anthony Allison Brandão Santos 2 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 18 a 19.1.2024, nos termos dos artigos 139, inciso III, e 151 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-157/2024/PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça José Antonio Alencar, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	4 a 13.3.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-158/2024 - PGJ, DE 7.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Nicolau Bacarji Junior 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 27.1.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-159/2024/PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1433/2023-PGJ, de 13.11.2023, na parte que concedeu férias remanescentes à Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta: "período de 19 a 28.6.2024", passe a constar: "período de 17 a 26.6.2024".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-160/2024/PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Jerusa Araujo Junqueira Quirino, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009- PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	10	18 a 27.1.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-161/2024/PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rodrigo Cintra Franco, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	19 a 28.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-162/2024/PGJ, DE 7.2.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Procurador(a) de Justiça André Antônio Camargo Lorenzoni, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	19	8 a 26.4.2024	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-163/2024/PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2023/2024	10	5 a 14.2.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° e-164/2024/PGJ, DE 7.2.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernanda Rottili Dias, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	8	15 a 22.1.2024	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 401/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Augusto Grecco Pelloso, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, na Central de Inquéritos Policiais da referida Comarca de 29.1 a 9.2.2024, em razão de afastamento do servidor Cecilio Leandro Echeverria.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 402/2024-PGJ, DE 2.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Henrique Sanches, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na 1ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 29.1 a 2.2.2024 e 5 a 7.2.2024, em razão de afastamento do servidor Daniel Célio Fernandes Costa Matos, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 403/2024-PGJ, DE 2.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, de 15 a 23.2.2024, em razão de afastamento da servidora Alessandra Katiucha da Silva Cavassa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 404/2024-PGJ, DE 2.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Carlos Henrique Saldanha Guasso, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Coxim, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca a partir de 8.1.2024, pelo período de 1 (um) ano; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1708/2022-PGJ, de 12.4.2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 411/2024-PGJ, DE 2.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fábio Maick da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas e designado para prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais, CIP, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 8 a 19.1.2024 e 22 a 31.1.2024, em razão do afastamento da servidora Camila Ramalho Mendes, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 412/2024-PGJ, DE 2.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Governança de TI, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Tecnologia da Informação de 7 a 16.2.2024, em razão de afastamento da titular, Myrian Raquel Rodrigues da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 413/2024-PGJ, DE 2.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Pedro do Carmo Sandim Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a Função de Confiança FC2, símbolo MPFC-302, de 17.1 a 15.2.2024, em razão de afastamento da servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 414/2024-PGJ, DE 5.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor João Augusto Grecco Pelloso, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 10% (dez por cento) do adicional de qualificação, a contar de 17.1.2024, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso II e §§ 2º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso II, e 7º, da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2942/2017-PGJ, de 4.9.2017, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2024.00000608-4).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 488/2024-PGJ, DE 6.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Bruna Natielly Dutra Santana, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Estudos e Pesquisa da ESMP de 6 a 9.2.2024, em razão de afastamento da titular, Karla Karoline Assumpção Cavalcante.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-145/2024/PJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Bruna Gregio Soares de Manzano Linjardi, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período de 26.1 a 24.5.2024, nos termos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.599, de 26 de dezembro de 2002, do artigo 58, § 2º, do Decreto Estadual nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022, e dos artigos 11, inciso I, alínea “g”, 71 e 72, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei Federal nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e, ainda, dos artigos 93, 94, §§ 3º e 4º, 95 e 96 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos Federais nº 3.668, de 22 de novembro de 2000, e nº 4.682, de 21 de outubro de 2003. e 60 (sessenta) dias, em prorrogação, no período de 25.5 a 23.7.2024 nos termos dos artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 7º da Resolução nº 1/2009-PGJ, de 14 de janeiro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-146/2024/PJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Bruna Gregio Soares de Manzano Linjardi, por meio da Portaria nº e-406/2023/PJ, de 14.4.2023, e suas alterações, que seriam usufruídas no período de 31.1 a 9.2.2024, a serem usufruídas no período de 24.7 a 2.8.2024, em razão de licença-maternidade, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-147/2024/PGJ, DE 7.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Ewerton Cardoso da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 9.1 a 7.2.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-148/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Ewerton Cardoso da Silva, por meio da Portaria nº e1587/2023-PGJ, de 27.11.2023, e suas alterações, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.1.2024, a serem usufruídas no período de 8 a 17.2.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-149/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Dayenne Gargantini Martins Diniz Paduan, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 17.1 a 15.2.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-150/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Gissela Mie Kobayashi Trachta, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 18 (dezoito) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 8 a 25.1.2024, nos termos do artigo 130, inciso II e art. 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 54 e 59, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-151/2024/PGJ, DE 7.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Wanessa da Conceição Teixeira, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.1 a 16.2.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-152/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Ruth Dayana da Rosa Vera, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7.1 a 5.2.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-153/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, ocupante do cargo de Analista, símbolo MPAN101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 25 (vinte e cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16.1 a 9.2.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-154/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Carlos Henrique de Brito Gomes, por meio da Portaria nº e59/2024-PGJ, de 17.1.2024, que seriam usufruídas nos dias 16 e 17.1.2024, a serem usufruídas nos dias 15 e 16.2.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-165/2024/PGJ, DE 7.2.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Gleydson Urbano de Almeida, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 19.1 a 18.3.2024, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-166/2024/PGJ, DE 7.2.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Gleydson Urbano de Almeida, por meio da Portaria nº e1036/2023-PGJ, 12.9.2023, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.3.2024, a serem usufruídas no período de 19 a 28.3.2024, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR

Retificação das deliberações proferidas na 1ª Sessão de Julgamento Virtual do Conselho Superior do Ministério Público iniciada em 15 de janeiro de 2024, publicadas no DOMPMS nº 3.057, de 1º.2.2024

No item 2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos: 2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA, **no subitem 5. passe a constar a seguinte redação:**

Inquérito Civil nº 06.2019.00001864-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Paulo César Lima Silveira, Flávio Vasconcelos Alves Castro e Município de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no registro de preços para aquisição de 5.225 pacotes de pirulitos à R\$ 57.213,75, e, cartão magnético para aquisição de cestas básicas no total de R\$ 513.688,80.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 5.225 PACOTES DE PIRULITOS À R\$ 57.213,75, E, CARTÃO MAGNÉTICO PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS NO TOTAL DE R\$ 513.688,80 - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Ausência de indícios de irregularidades nos procedimentos licitatórios. Não comprovado prejuízo ao erário. Produtos adquiridos para atender demanda dos serviços de assistência social do município. Ausência do elemento subjetivo dolo. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

Campo Grande, 7 de fevereiro de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público



PAUTA DA 4ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2024.

1. Expedientes:

1.1. Análise das prorrogações de prazo de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:

1.1.1. Conselheira IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000089-0:

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002698-2

Inquérito Civil nº 06.2019.00001136-0

Inquérito Civil nº 06.2021.00000371-0

Inquérito Civil nº 06.2021.00000994-7

Inquérito Civil nº 06.2022.00000643-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001011-0

Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001107-5

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001160-9

Inquérito Civil nº 06.2021.00001169-7

Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001289-6

32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001332-9

26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000381-3

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000646-5

Inquérito Civil nº 06.2022.00000769-7

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000885-2

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001118-0

Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000751-3

Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000794-6

Promotoria de Justiça da comarca de Terenos:

Inquérito Civil nº 06.2023.00000834-5

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:



Inquérito Civil nº 06.2023.00000947-7

30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000965-5

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001069-5

1.1.2. Conselheira ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000088-0:

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2016.00001300-2

Inquérito Civil nº 06.2018.00002307-4

Inquérito Civil nº 06.2018.00002308-5

Inquérito Civil nº 06.2021.00000916-9

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001457-5

Inquérito Civil nº 06.2018.00001609-5

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001783-9

Inquérito Civil nº 06.2021.00000533-0

Inquérito Civil nº 06.2022.00001511-0

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000603-9

Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000747-1

Inquérito Civil nº 06.2021.00000762-7

Inquérito Civil nº 06.2022.00001127-9

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000800-4

Inquérito Civil nº 06.2021.00000963-9

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000934-7

Inquérito Civil nº 06.2022.00001194-6

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000528-8

Inquérito Civil nº 06.2022.00001243-4

34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000766-4

Inquérito Civil nº 06.2022.00000770-9

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001019-1

3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001060-7

1.1.3. Conselheiro ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

**1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00000091-3:****Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

Inquérito Civil nº 06.2018.00000486-6

Inquérito Civil nº 06.2023.00000573-7

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00000974-0

Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

Inquérito Civil nº 06.2018.00002756-0

11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

Inquérito Civil nº 06.2019.00000846-6

Inquérito Civil nº 06.2021.00001257-4

Inquérito Civil nº 06.2022.00001150-2

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001251-5

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000534-0

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000563-0

Inquérito Civil nº 06.2021.00000574-0

Inquérito Civil nº 06.2021.00000896-0

Inquérito Civil nº 06.2021.00001086-5

Inquérito Civil nº 06.2022.00000676-5

Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000764-9

Inquérito Civil nº 06.2022.00001026-9

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas:

Inquérito Civil nº 06.2021.00000976-9

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

Inquérito Civil nº 06.2021.00001321-8

Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

Inquérito Civil nº 06.2018.00001621-8

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Inquérito Civil nº 06.2022.00000559-9

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001051-4

76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

Inquérito Civil nº 06.2022.00001314-4

1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000829-0

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000938-8

**3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001009-5

2. Ordem do dia:**2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:****1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000332-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Abel Teodoro e Marinaldo Natalino Batista

Assunto: Apurar eventuais práticas de atos de improbidade administrativa consistentes na utilização de veículo público municipal para fins particulares (Lei n. 8.429/92, art. 9º, IV) e na permissão de tal utilização (Lei n. 8.429/92, art. 10, XIII).

Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000866-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Claudinei Alves da Silva

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado por Claudinei Alves da Silva, funcionário público municipal, que prevalecendo-se de sua função pública, entre os meses de fevereiro de 2019 e março de 2020, forneceu substância entorpecente a detentos, nas dependências do Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Nova Andradina.

Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan**2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:****2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000335-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Jardim

Assunto: Apurar eventual irregularidade na realização do Termo de Contribuição nº 13/2022 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jardim e a Federação de Laço do MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000921-0 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001872-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Édio Paulino da Costa

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da falta de estruturas construídas para conter a enxurrada, assim como possível degradação da Área de Preservação Permanente, e regularização jurídico-ambiental da propriedade localizada no Bairro Chácara Recreio Brilhante, Bloco 02, Lote 52, propriedade de Édio Paulino da Costa.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000279-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Domingos da Silva Viana

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente – APP, sem autorização da autoridade ambiental competente, bem como eventuais irregularidades ambientais na construção de tanques e valas para captação de água, em área de preservação permanente, conforme Auto de Infração IMASUL n. 6.114/2020 e Relatório de Informações Complementares n. 22/2ºPel/3ªCia BPMA/2020.

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000406-7**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Trochmann & Trochmann Ltda - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel rural denominado “Fazenda Planalto” com área total de 400,79 hectares, inscrita no CARMS0029260 e com matrícula imobiliária n. 3.916 no CRI da 1ª Circunscrição de Campo Grande e, especialmente, assegurar a recomposição do dano ambiental causado em 1,24 hectares de área de Reserva Legal decorrente de desmatamento.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000997-3

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Tim Brasil Serviços e Participações S.A

Assunto: Apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses coletivos e colher subsídios para atuação do Ministério Público na Ação Civil Pública nº 0837892-28.2022.8.12.0001 (MP nº 08.2022.00144573-3), ajuizada pela ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MATO GROSSO DO SUL – ADECON – MS, com relação a Requerida TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A.

Advogados: Cristiano Carlos Kozan – OAB/SP nº 183.335, Raphael Burleigh de Medeiros OAB/SP nº 257.968 e Luisa Opice – OAB/SP nº 434.077.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000398-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Barbosa dos Santos

Assunto: Apurar o desmatamento de 37 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda São Rafael (CARMS0053902), em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 02/3ªCIA/BPMA/COXIMMS/2023.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00001034-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Vieira dos Santos

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na remoção de madeira em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, na propriedade rural denominada “Sítio Nossa Senhora Aparecida”, na cidade de Novo Horizonte do Sul, na Comarca de Ivinhema.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:**1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000109-9**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Navi Starch Indústria e Comércio de Amidos Ltda.

Assunto: Apurar possível ocorrência de dano ambiental, decorrente da constatação de instalação e operação de tubulação irregular conectada à planta de produção da empresa “Navi Starch Indústria e Comércio de Amidos”, com a finalidade de desaguar rejeitos da produção, os quais acabaram por alcançar, indevidamente, as águas do Rio Amambaí, no trecho que margeia o imóvel.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000935-5 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Advogada: Danieli de Souza Correia – OAB/MS nº 029.011.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00010534-5

5ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Campo Grande

Recorrente: Airton José Salomão

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar declarações de Airton José Salomão que questiona os pareceres emitidos pelo MPMS nos autos n. 0064685-86.2012.8.12.0001.

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000293-6**

17ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ausência de recursos físicos e humanos para o devido funcionamento da Residência Inclusiva Regionalizada da Grande Dourados/MS.

2.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2022.00001486-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação, no presente caso da Escola Estadual Professor Ulisses Serra visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede estadual de ensino.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003442-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na percepção simultânea de remunerações por parte de servidores públicos do Município de Fátima do Sul, migrado dos autos físicos n. IC 06/2016.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000250-6 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aparecida do Taboado

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000850-1

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Albino Coimbra Filho - Jardim Aeroporto, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000853-4

46ª Promotoria da Infância e da Juventude da comarca de Justiça de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Los Angeles, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

6. Inquérito Civil nº 06.2023.00000856-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Valéria Lopes da Silva - Popular, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000861-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul



Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura física, material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Vila Nasser, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança das crianças e adolescentes que frequentam o local.

8. Inquérito Civil nº 06.2023.00001035-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Wilmar Chudis Reginato

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na remoção de madeira em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, na propriedade rural denominada “Sítio Vista Alegre”, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS.

9. Inquérito Civil nº 06.2023.00001036-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Antonino João Militão

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no funcionamento de serraria em desconformidade com a legislação ambiental pertinente, no imóvel denominado “Sítio Nossa Senhora de Fátima”, na cidade de Novo Horizonte do Sul, nesta Comarca de Ivinhema/MS.

10. Inquérito Civil nº 06.2023.00001172-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Josias Maffissoni Guimarães

Assunto: Buscar a reparação/compensação da supressão de 11 hectares de vegetação nativa remanescente no interior do imóvel rural “Fazenda Boqueirão”, pertencente a Josias Maffissoni Guimarães (CPF n.º 006.176.981-98), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001125-3

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Vereador André Luiz Souza da Fonseca da Câmara Municipal de Campo Grande

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar as irregularidades remanescentes da Unidade Básica de Saúde 'Dr. Germano Barros de Souza' (UBS Universitário), apontadas no Relatório de Fiscalização de 07/04/2021, realizado pela Câmara Municipal de Campo Grande.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001516-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações das Escolas da Rede Estadual de Educação.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil n.º 06.2019.00001809-7

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Délia Godoy Razuk

Assunto: Apurar eventual irregularidade decorrente dos constantes atrasos no repasse de verbas ao Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID.

2. Inquérito Civil n.º 06.2021.00000262-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados



Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Renato Oliveira Garcez Vidigal, Jony Alisson Bispo de Sant'Ana e Sebastião Nogueira Faria

Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de irregularidades decorrentes da contratação sucessiva de médico a título precário, em detrimento de candidatos aprovados em concurso público, conforme noticiado pelo Ministério Público de Contas.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002308-5

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Uemura & Cia SS Ltda Empresa Funerária Bom Jesus e Oca Ambiental Ltda - ME

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental consistente no gerenciamento, coleta e destinação dos resíduos dos serviços de saúde na Funerária Bom Jesus.

Advogada: Eloiza Marques Donati – OAB/MS nº 19.121.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000992-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Verdana Agropecuária Ltda.

Assunto: Apurar eventuais desmatamentos de 46,29ha, no período entre 11/02/14 e 13/01/2015 e de 9,03ha no período entre 13/11/2015 e 11/09/17, ocorridos na Fazenda Vale dos Buritis (CARMS nº 344), localizada em Figueirão, de propriedade de Verdana Agropecuária Ltda., conforme Pareceres nº 608/17/Nugeo (Operação Cervo-do-Pantanal 2013-2015) e nº 316/19/Nugeo (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000844-5

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social CRAS Dr. Fauze Dualibi Amizio Canguru, com a finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança às crianças e adolescentes que frequentam a unidade.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000851-2

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social CRAS Lili Fernandes da Cunha Jardim Moema, com a finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança às crianças e adolescentes que frequentam a unidade.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000484-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Rodrigo Antonini, Gustavo Henrique Scalabrin, Leandro Scalabrin e Fabio Antonini

Assunto: Apurar a necessidade de correção do Cadastro Ambiental Rural nº 15710, referente à Fazenda Jaguaruna III, em Naviraí/MS, para que haja retificação da área indicada como “Área de ocupação agrosilvipastoril” para “Área de remanescente de vegetação nativa”; bem como retificação da área total do imóvel, de 24,57 hectares para 19,66 hectares, de acordo com o Parecer nº 051/2020/CEIPPAM/LASANGEUEMS (Programa SOS Rios: Projeto Córrego Curupá).

6. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000611-4 – SIGILOSO

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000121-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatemi

Assunto: Apurar e sanar as irregularidades identificadas na Secretaria Municipal de Saúde de Iguatemi, noticiadas no relatório de vistoria técnica SISAUD n. 848, relativas aos agentes comunitários de saúde.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001119-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade dos repasses efetuados pelo Poder Legislativo local à União das Câmaras de Vereadores de Mato Grosso do Sul.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001301-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridas: Rio Amambai Agroenergia S/A e Marina Maria Custódio de Barros

Assunto: Apurar desmatamento de 1,14 hectares na fazenda "Boi Jaguá", em Naviraí/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2023.00000366-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Pedro Gomes

Assunto: Apurar eventuais irregularidades decorrentes da ausência de estruturação física e materiais, na Escola Municipal Archangela Mourão, extensão "Postinho", Zona Rural, em Pedro Gomes/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000859-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Verificar a regularidade documental, bem como a estrutura física e material de trabalho do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Henedina Hugo Rodrigues - Vida Nova, visando a verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança às crianças e adolescentes que frequentam o local.

2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:**1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000334-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Álvaro José Avanzi, Sandra Regina Pedrotti Avanzi, Fernando Ângelo Avanzi e Vânia Rosimeiri Avanzi

Assunto: Apurar o desmatamento de 131,0998 hectares, na Fazenda Montana II e Fazenda Monções, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 011154/2022 e Laudo de Constatação nº 014415/2022.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000477-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Texas Bar

Assunto: Apurar emissão de ruídos acima do permitido pelo estabelecimento comercial Texas Bar e promover a sua adequação às normas ambientais.

3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001147-1

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cinépolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda.



Assunto: Garantir a plena disponibilidade dos equipamentos, suportes e recursos de acessibilidade oferecidos a pessoas com deficiência auditiva, na modalidade “fechada individual”, em todas as sessões comerciais nas salas de exibição, conforme arts. 3º e 4º da Instrução Normativa nº 128/2016 da ANCINE, notadamente quanto ao CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

Advogado: Danilo Yoshinori Calado Takaesu – OAB/SP nº 257.743.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000929-1 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Brasilândia

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00001400-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Luiz Moliterno Ferraz do Amaral, Sigeyuki Ishii e Helena

Kimiyo Hida Ishii

Assunto: Apurar desmatamento de 1,63 hectares, em área de vegetação nativa no bioma Mata Atlântica, na Fazenda Prainha, em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 196/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 084/2º PEL/5ªCIA/2021.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 09.2023.00011486-6

Amparo legal: Artigo 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: GOSHME SOLUÇÕES PARA A INTERNET LTDA.

Valor: R\$ 128.370,00 (cento e vinte e oito mil trezentos e setenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000023, datada de 02.02.2024, do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Objeto: Fornecimento, pela Contratada, de plataforma jurídica para acesso aos documentos da seção de Jurisprudência, Diários Oficiais, Modelos e Peças, no plano de pesquisa jurídica básica (permite a consulta, cópia e download), pelo prazo de 12 (doze) meses, para o número de 500 (quinhentos) usuários simultâneos, a fim de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Justificativa: A escolha específica da empresa Goshme Soluções para a Internet Ltda, encontra respaldo nas justificativas do setor demandante, na exclusividade da fornecedora nos serviços ofertados, bem como a sua qualificação para prestá-los. Assim, diante da análise dos documentos encartados nos autos verifica-se presente a justificativa da contratação, a qual se mostra necessária e deveras conveniente à Administração.

Ratifica: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 2 de fevereiro de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Roberta Vendramini a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900357-05.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Bruno Menezes Calili e vítimas Edna de Paulo Paes Benites e Roberta Vendramini, conforme se transcreve: “desse modo, verifica-se a fragilidade dos indícios suficientes de autoria, não sendo possível imputar a prática dos referidos delitos contra as vítimas ao investigado”.

Campo Grande/MS, 06 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ², de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Edna de Paulo Paes Benites a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900357-05.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Bruno Menezes Calili e vítimas Edna de Paulo Paes Benites e Roberta Vendramini, conforme se transcreve: “desse modo, verifica-se a fragilidade dos indícios suficientes de autoria, não sendo possível imputar a prática dos referidos delitos contra as vítimas ao investigado”.

Campo Grande/MS, 06 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

1 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

2 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EDITAL Nº 0004/2024/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2024.00000963-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Mônica de Lourdes Patrício e Sandra Patricio Farias

Objeto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2023.00000795-7.

Amambai (MS), 07 de fevereiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0005/2024/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2024.00000964-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Osvaldo Zamuner Neto e Odair Zamuner

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00001294-5.

Amambai (MS), 07 de fevereiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0006/2024/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2024.00001105-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Amambai/MS

Objeto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00002567-2

Amambai (MS), 07 de fevereiro de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça



APARECIDA DO TABOADO

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0802503-73.2023.8.12.0024, que consta como investigados Tarcísio Felipe de Freitas e Maria Eduarda Vasconcelos Freitas e vítima Queniamara Gonçalves Bonavotto, conforme se transcreve: “Ante o exposto, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do presente inquérito policial com relação à contravenção penal de perturbação do trabalho e do sossego alheios, por ausência de justa causa à propositura da ação penal, ressalvado o disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Aparecida do Taboado/MS, 07 de fevereiro de 2024.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO
Promotora de Justiça.

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000671-72.2022.8.12.0024, que consta como investigados Edmilson Rodrigues de Souza e Maria Eduarda Vasconcelos Freitas e vítima Zilda Helena Zelanti, conforme se transcreve: “Ante o exposto, inexistindo justa causa para oferecimento de denúncia, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do presente inquérito policial”.

Aparecida do Taboado/MS, 07 de fevereiro de 2024.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO
Promotora de Justiça.

BONITO

EDITAL N. 0002/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001251-6

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Robson Cheverria Moreira

Assunto: Adotar providências em razão do redebimento do auto de infração AI 013480/2023, em que se relata a prática de caça ilegal e pesca predatória, praticados pelo requerido

Bonito – MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0003/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001344-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Carlos Eduardo Rodrigues, Nascente Azul Empreendimentos Turísticos Ltda ME

Assunto: Apurar irregularidades ambientais comunicadas pelo Auto de Infração n. 013960/2023, em razão de uma intervenção de um tanque localizado no atrativo Nascente Azul sem a devida autorização.

Bonito – MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0004/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001354-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Recanto Formosinho Ltda

Assunto: Adotar providência ante o recebimento do auto de infração AI 011731/2022, lavrado em desfavor de Recanto Formosinho Ltda, em que se constatou a ocorrência de bosqueamento de APP, captação superficial de água, bem como outras irregularidades ambientais na propriedade Fazenda Lomba - Parte.

Bonito – MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0005/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000038-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Adriano Gusson Alves de Arrua

Assunto: Apurar irregularidade ambiental informada no auto de infração n. 13736/2023 da PMA, ocorrido na Fazenda Lomba - parcela 2 e Fazenda Santa Catarina - Parte.

Bonito – MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0006/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000095-7

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Adriano Pereira da Silva

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais trazidas pelo AI n. 4752 da PMA, que informa a caça ilegal praticada por Adrianano Pereira da Silva

Bonito – MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0007/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000107-8

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Sérgio Silva de Souza

Assunto: Apurar a veracidade de denúncia anônima a qual informa suposto dano ambiental no local denominado Fazenda Palmeirinha, de propriedade de Sérgio, o qual está realizando atividades em APP não autorizadas pelos órgãos ambientais.

Bonito – MS, 06 de fevereiro de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

CORUMBÁ**EDITAL N.º 0001/2024/07PJ/CBA**

Autos do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2023.00012099-0

A 7.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção à Infância e Juventude, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas 09.2023.00012099-0, que se encontra à disposição na Rua Vinte e Um de Setembro, 1.633, Aeroporto, Edifício do Fórum, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> mediante senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ladário

Assunto: Fomentar a constituição do Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa no Município de Ladário/MS.

Corumbá/MS, 05 de fevereiro de 2024.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça, em Substituição Legal



COXIM

EDITAL N° 0002/2024/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Marcio Lima Nantes, 105, Vila São Salvador, Cep 79400-000, Coxim (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC: 09.2024.00000474-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Provimento de Cargos

Objeto: Fiscalizar o cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos Procedimentos Administrativos nº 09.2023.00000626-9 e 09.2023.00000971-1, com vistas à instituição e regularização do sistema de controladoria interna e da Procuradoria-Geral do Município de Coxim.

Coxim (MS), 06 de fevereiro de 2024.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

INOCÊNCIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0000295-84.2021.8.12.0036, em que constam como investigados José Luiz Bezerra e Mariene Garcia de Freitas e vítima(s) José Luiz Bezerra e Mariene Garcia de Freitas, conforme se transcreve: “ante ao exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Termo Circunstanciado, requerendo, para tanto, sua homologação, com supedâneo no artigo 28 do Código de Processo Penal, ressalvada a dicção do artigo 18 do CPP e o disposto na súmula 524 do Supremo Tribunal Federal (“Arquivado o Inquérito Policial, por despacho do Juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas”).”

Inocência, (Data da assinatura digital).

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0800198-80.2023.8.12.0036, em que constam como investigado Zenira Aparecida De Jesus e vítima(s) Anny Banute Vieira Couto, conforme se transcreve: “ante ao exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Termo Circunstanciado, requerendo, para tanto, sua homologação, com supedâneo no artigo 28 do Código de Processo Penal, ressalvada a dicção do artigo 18 do CPP e o disposto na súmula 524 do Supremo Tribunal Federal (“Arquivado o Inquérito Policial, por despacho do Juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas”).”

Inocência, 07 de fevereiro de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Termo Circunstanciado de Ocorrência dos Autos nº 0800190-06.2023.8.12.0036, em que constam como investigados Selma Cristina Dos Santos e Fabio Dos Santos e vítima(s) Seila Izidio Ferreira De Souza, Drauton Batista De Souza, Valma De Paula Melo E Alexandre Antonio Fontoura Canevari, conforme se transcreve: “ante ao exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL deixa de ofertar denúncia, promovendo o arquivamento do presente Termo Circunstanciado, requerendo, para tanto, sua homologação, com supedâneo no artigo 28 do Código de Processo Penal, ressalvada a dicção do artigo 18 do CPP e o disposto na súmula 524 do Supremo Tribunal Federal (“Arquivado o Inquérito Policial, por despacho do Juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas”).”

Inocência, 07 de fevereiro de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça em Substituição Legal

IVINHEMA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ4, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado J.P.N.S da decisão de arquivamento do Inquérito Policial n. 0000055-65.2024.8.12.0012. em que consta como investigado J.P.N.S e vítima(s) V.N.S³, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 e com as cautelas do artigo 18, ambos do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito.

Ivinhema/MS, 07 de fevereiro de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ4, de 24 de novembro de 2023, comunica o investigado A.E.S da decisão de arquivamento do Inquérito Policial n. 0000101-54.2024.8.12.0012. em que consta como investigado A. E. S e vítima(s) F. A.R.S⁴, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito com base no art. 107, inciso IV, do Código Penal”.

Ivinhema/MS, 07 de fevereiro de 2024.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI
Promotor de Justiça

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



NAVIRAÍ

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Naviraída Comarca de Naviraí, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos SAJTJ nº 0003341-39.2020.8.12.0029e SAJMP nº 08.2020.00184019-3, em que constam como investigado(a/s) Dael Lanes de Oliveira⁶ e vítima(s) Luana Poderoso Gonçalves e Juliana Poderoso Gonçalves, conforme se transcreve: *“Ante todo o exposto, e considerando a falta de elementos mínimos quanto à autoria e materialidade delitivas, o Ministério Público Estadual determina o ARQUIVAMENTO dos presentes autos de Inquérito Policial em relação aos investigados DAEL LANES DE OLIVEIRA e ROBSON DE OLIVEIRA, com a ressalva do artigo 18 do Código de Processo Penal, no caso de surgirem novas provas ”.*

Naviraí, 06 de fevereiro de 2024.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO
Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2021.00001236-3 que está à disposição de quem possa interessar na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina-MS - CEP 79750-000 Telefone: (67) 3441-1840, Nova Andradina/MS e de forma eletrônica no site mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2021.00001236-3 (Retificação)

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Reinaldo Zaghini, Antônio Zaghini e Armando Zaghini

Objeto: Apurar a situação ambiental do imóvel rural denominado "Estância Aliança", após exploração vegetal nativa ilegal ocorrida no ano de 2021. Flora

Nova Andradina, 06 de fevereiro de 2024.

MURILO HAMATI GONÇALVES
Promotor de Justiça

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



PARANAÍBA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2º Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0901029-93.2023.8.12.0018, em que constam como autores e vítimas Josenildo de Lima e Alyne da Silva Leonel, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a *persecutio criminis in iudicio*, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Josenildo de Lima, uma vez que não manteve atualizados o telefone e o endereço informados por ocasião de sua oitiva em Delegacia de Polícia.

Paranaíba/MS, 26 de janeiro de 2024.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

2º Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL 0001/2024**NOTÍCIA DE FATO N 01.2024.00000830-5**

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 0001/2024, referentes aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 05 de fevereiro de 2024.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

Supervisão



LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0001/2024

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-MS		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
<u>Classe-200-</u> Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações; <u>Classe-200-</u> Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão <u>Classe-200-</u> Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional,. para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei <u>Classe-100-</u> Relação de remessa de documentos ; (cópias); <u>Classe-200-</u> Procedimento investigatório criminal (PIC): instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e inquisitorial, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, tendo como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal <u>Classe-200-</u> Inquérito civil/procedimento preparatório: portaria de instauração; portaria de reabertura; decisão de indeferimento de instauração; promoção de arquivamento; recomendação <u>Classe-200-</u> Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i> , e 129, II e III); <u>Classe-000.060.061.061.1-</u> Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo		Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.	2003	2016
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo Data do preenchimento:				

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 17/2022-PGJ, DE 19 DE ABRIL DE 2022

FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS PARA ELIMINAÇÃO				
Unidade Produtora: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS				
Responsável: ANDRÉA DE SOUZA RESENDE				
Classe e subclasse	Descrição do documento	Ano do documento	Volume	Observações
Classe-200	Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações;- Cx n. 35,	2013 a 2016	04 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO



Classe-200	Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão-Cxa n.s/ n., cx n. 210,	2016/2017	12 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei-Cx n. 44.	2014	04 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Relação de remessa de documentos ; (cópias); cx. N 163	2014	03	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	criminal (PIC): instrumento sumário e desburocratizado de natureza administrativa e inquisitorial, instaurado e presidido pelo membro do Ministério Público com atribuição criminal, tendo como finalidade apurar a ocorrência de infrações penais de natureza pública, servindo como preparação e embasamento para o juízo de propositura, ou não, da respectiva ação penal-Cx n. 44	2015	01	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Inquérito civil/procedimento preparatório: portaria de instauração; portaria de reabertura; decisão de indeferimento de instauração; promoção de arquivamento; recomendação- Cx n. 163	2013/2014	08	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, caput, e 129, II e III) -Cxa n. 10, Cxa n. 163,Cxa n. 22 e cx n. 44, Cx n. 001	2002 a 2013	05 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-000.060.061.061.1	Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo-cx n. 163, Cx n. 206	2014/2016	07 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO

Conforme o Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, que dispõe sobre a Política de Arquivo e aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos a serem adotados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Local e data:

Carimbo e assinatura do Responsável

PARA USO DA CPAD

Recebido ____/____/____

Carimbo e assinatura do Responsável